



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 – DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1. Aquisição parcelada de material gráfico (blocos e cartilhas) para utilização nos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Patos de Minas.

1.1. A aquisição do objeto será conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	DESCRIÇÃO	ME/EPP OU AMPLA	CÓDIGO ITEM	UN.	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B, 20X1, CONFECCIONADO EM PAPEL 63G COR AZUL, MEDINDO 18X10,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA NUMERADA (14 DÍGITOS), COM ARTE E FOTOLITOS INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO E CAPA NUMERADA, CONFORME MODELO ANEXO.	ME/EPP	75065	BL	8.000	R\$ 7,00	R\$ 56.000,00
2	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 63G E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL SUPER BOND 50G AZUL, MEDINDO 15,5 X 18,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, GRAMPEADO E 1 VIA PICOTADA, CONFORME MODELO EM ANEXO.	AMPLA	35422	BL	18.000	R\$ 10,00	R\$ 180.000,00
3	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 50X2, 1 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL OFF-SET 63G E 2 VIA CONFECCIONADA EM PAPEL SUPER BOND 50G AZUL, MEDINDO 15,5 X 18,5 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, GRAMPEADO E 1 VIA PICOTADA, CONFORME MODELO EM ANEXO. - ME/EPP	ME/EPP	64846	BL	2.500	R\$ 10,00	R\$ 25.000,00
4	BLOCO DE RECEITUÁRIO, 100 X 1, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 75G, COM ACABAMENTO COLADO, MEDINDO 21 X 15 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA E COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO.	AMPLA	50867	BL	36.000	R\$ 8,90	R\$ 320.400,00



5	BLOCO DE RECEITUÁRIO, 100 X 1, CONFECCIONADO EM PAPEL AP 75G, COM ACABAMENTO COLADO, MEDINDO 21 X 15 CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA E COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, CONFORME MODELO EM ANEXO. - ME/EPP	ME/EPP	64847	BL	4.000	R\$ 8,90	R\$ 35.600,00
6	BLOCO DE RECEITUÁRIO OFTALMOLÓGICO, 100X1, CONFECCIONADO EM PAPEL SULFITE 63G, MEDINDO 22,5X16CM, COM ESCRITA EM COR 1X0 TINTA PRETA, COM ARTE E FOTOLITO INCLUSOS, COM ACABAMENTO COLADO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	ME/EPP	36720	BL	250	R\$ 10,00	R\$ 2.500,00
7	CARTILHA PROJETO BEM ME QUER: DESCRIÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA: CARTILHA CONFECCIONADA EM FORMATO 15 X 21 CM, ENCADERNADA EM ESPIRAL, COM ARTE FINAL INCLUSA. CAPA DURA, PRODUZIDA COM MATERIAL SUSTENTÁVEL E DE QUALIDADE CERTIFICADA. MIOLO CONFECCIONADO EM PAPEL A4, COM CERTIFICAÇÃO FSC. DEVERÁ CONTER IMPRESSÃO COLORIDA DE IMAGENS E TEXTOS. COM ATÉ 100 PÁGINAS.	ME/EPP	75064	UN	4.000	R\$ 20,00	R\$ 80.000,00

**A arte para confecção será enviada pela Secretaria de Saúde juntamente com a Nota de Empenho. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) apresentar peça piloto dos itens, dentro de 10 (dez) dias após a solicitação, para aprovação antes da confecção definitiva.**

1.1.1. O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 699.500,00 (seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.1.2 Quando os valores informados neste termo diferirem dos valores informados nos demais documentos do processo será devido ao arredondamento das casas decimais.

**1.2.** O objeto desse termo de referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período conforme Lei 14.133/2021.

**1.4.** Os lotes 2 e 4 serão destinados a ampla concorrência e os lotes 1, 3, 5, 6 e 7 serão destinados à participação exclusiva de ME/EPP.

**1.4.1.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, conforme parágrafo 3º do artigo 8º do Decreto Municipal nº 4.281/2017.



## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, necessária a aquisição parcelada de material gráfico (blocos e cartilhas) para utilização nos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Patos de Minas.

**2.2.** A contratação tem por objetivo, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento municipal, garantindo a boa qualidade dos materiais e de empresas comprometidas com o desenvolvimento. Estas, pois, são as razões e os fundamentos que justificam a adoção da contratação, sob pena de contrariedade ao princípio da supremacia do interesse público.

**2.3.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) Classe/Grupo: **MATERIAL DE EXPEDIENTE**

## **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade das áreas requisitantes, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada pela equipe de planejamento é a realização do procedimento licitatório para aquisição parcelada de material gráfico (blocos e cartilhas) para utilização nos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Patos de Minas.

**3.2.** Será aceita a proposta do fornecedor: Que tenha atendido a todas as exigências de habilitação; Cuja especificação do material ofertado seja compatível com a deste termo e do edital; A apresentação de proposta para a contratação pretendida implica concordância da contratada em fornecer os materiais pelo preço de referência.

**3.3.** A aceitabilidade será verificada por item, podendo o proponente ter item recusado e item aceito.

## **4 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1.** São obrigações do Contratante:

- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo, no Edital e seus anexos;



- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais com as especificações constantes deste termo, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 5.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo, do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 5.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 5.3.** Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos originais, quando do envio dos mesmos para execução dos serviços e devolve-los nas mesmas condições que os recebeu,
- 5.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos



sofridos;

**5.5.** A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do transporte dos produtos.

**5.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.7.** Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

**5.8.** Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas neste termo, no Edital e seus anexos.

**5.9.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos materiais.

**5.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

**5.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**5.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**5.13.** Toda entrega deverá ser feita somente mediante solicitação do Contratante, sob pena de devolução da mercadoria entregue. Os produtos rejeitados deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

**5.14.** Não serão aceitos produtos em desconformidade com o objeto contratado.

**5.15.** Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

## **6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**6.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**6.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**6.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses



permitidas em Lei.

**6.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**6.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**6.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**6.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**6.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**6.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**6.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**6.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**6.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**6.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **SUSTENTABILIDADE**





Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

### GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual para a aquisição dos produtos, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

### ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

### DA PEÇA PILOTO

- 1) A empresa vencedora deverá apresentar peça piloto de todos os itens, para aprovação antes da confecção definitiva.
- 2) A arte para confecção será enviada juntamente com a solicitação.
- 3) As peças piloto poderão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde - Rua Mato Grosso, 34, Bairro Cristo Redentor, no prazo limite de até 10 (dez) dias da solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4) No caso de não haver entrega da peça piloto ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega da peça piloto fora das especificações previstas, o contrato poderá ser rescindido pelo Contratante.
- 5) Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
  - a) Qualidade do material e da arte;
  - b) Acabamento das peças;
  - c) Medidas conforme padrão.

## 8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

**8.1.** Os materiais deverão ser entregues nas quantidades totais solicitadas, nos prazos e condições abaixo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 60



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

**SAÚDE**

(sessenta) dias, mediante Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento, porém poderão sofrer alteração a critério da Administração.

LOTE	PREVISÃO DE ENTREGAS		
	1º pedido Até o 1º mês após a assinatura	2º pedido Até o 12º mês após assinatura	3º pedido Até o 18º mês após a assinatura
1	3.000	3.000	2.000
2	6.000	6.000	6.000
3	800	800	900
4	12.000	12.000	12.000
5	1.000	1.500	1.500
6	250		
7	1.300	1.300	1.400

**8.1.1.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**8.2.** Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde – Rua Mato Grosso, 34 - Bairro Cristo Redentor de segunda-feira a sexta-feira de 07:00h às 12h30m.

**Observação: Informamos que o endereço poderá sofrer alteração conforme conveniência da Prefeitura Municipal de Patos de Minas.**

**8.3.** Caso o item estiver fora das especificações será devolvido, mediante Termo de Recusa, sendo que a contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da expedição do termo, para providenciar a troca.

**8.4.** A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do transporte dos materiais.

**8.5.** Não serão aceitos impressos em desconformidade com o objeto contratado.

**8.6.** Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

**8.7.** Do recebimento dos materiais: correrão por conta da contratada todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes a entrega dos itens;





## 9. GESTÃO DO CONTRATO

**9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**9.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**9.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Para esta contratação a gestão será exercida pela Gerência de Suprimentos e pela Diretoria de Orçamento e Finanças e a fiscalização será exercida pelo servidor Rogério Corrêa Silva - matrícula 15.307 encarregado do Almoxarifado da SMS.

## 10. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO DO RECEBIMENTO

**10.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**10.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**10.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**10.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 45 dias úteis.

**10.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**10.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**10.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**10.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Do Reajuste e do Reequilíbrio**

**10.9.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

**10.10.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**10.11.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**10.12.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**10.13.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**10.14.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**10.15.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**10.16.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**10.17.** O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

I - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

II - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

III - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

IV - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

**10.17.1** A data base do orçamento é 25/02/2026.

**10.17.2.** As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser feitos via Aprova Digital, através do link <https://patosdeminas.prefeituras.net/login>.

### **Liquidação**

**10.18.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**10.19.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.20.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura



apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.21.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**10.22.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**10.23.** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**10.24.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**10.25.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.26.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**10.27.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

### **Prazo de pagamento**

**10.28.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



**10.29.** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, “pro-rata tempore” ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente, acrescido de juros de 1% ao ano.

### **Forma de pagamento**

**10.30.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**10.31.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.32.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.33.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECIMENTO**

**11.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

**11.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

**11.3.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA.

**11.4.** A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

**11.5.** Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos (jurídicos, técnicos, fiscal, social, trabalhistas, econômico-financeiro) exigidos no edital.





## 12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**12.1.** As despesas decorrentes com a execução do objeto desta contratação, correrão no exercício de 2026 à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) (informadas pelos órgãos requisitantes conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias) e, nos exercícios seguintes, correrão à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) própria(s), para atender as despesas da mesma natureza:

- Dotação 1.589 – Manutenção dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS TM - Fonte de Recursos: 01 - 0600 - 0000 - 0120 - Transf. Rec. União SUS Manutenção Média e Alta Compl.
- Dotação 5.046 - Manutenção dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS AD - Fonte de Recursos: 01 - 0600 - 0000 - 0120 - Transf. Rec. União SUS Manutenção Média e Alta Compl.
- Dotação 4.426 - Manutenção da Rede de Serviços de Atenção Primária - Fonte de Recursos: 01 - 0600 - 0000 - 0110 - Transf. Rec. União SUS Manut. Atenção Primária à Saúde
- Dotação 1.576 - Manutenção dos Serviços de Especialidades Médicas - Fonte de Recursos: 01 - 0659 - 0002 - 0120 - Rec. Serviços Ambulatoriais
- Dotação 1.603 - Manutenção Centro Especializado em Reabilitação CER II - Fonte de Recursos: 01 - 0600 - 0000 - 0120 - Transf. Rec. União SUS Manutenção Média e Alta Compl.
- Dotação 1.680 - Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - Fonte de Recursos: 01 - 0500 - 0000 - 0000 - Recursos Não Vinculados de Impostos
- Dotação 5.143 - Manutenção do Centro Estadual Atenção Especializada - CEAE - Fonte de Recursos: 01 - 0621 - 0000 - 0217 - Programa CEAE
- Dotação 1.796 - Manutenção das Ações da Vigilância em Saúde - Fonte de Recursos: 01 - 0600 - 0000 - 0130 - Transf. Rec. União SUS Manutenção Vigilância Saúde
- Dotação 4.561 - Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO - Fonte de Recursos: 01 - 0600 - 0000 - 0110 - Transf. Rec. União SUS Manut. Atenção Primária à Saúde

## 13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI n.º 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.





- d.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- j.** Der causa à inexecução parcial do contrato.
- k.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- l.** Der causa à inexecução total do contrato.

**13.2.** O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo, ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI Nº 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

- a.** Advertência.
- b.** Multa moratória ou compensatória.
- c.** Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.
- d.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b.** As peculiaridades do caso concreto.
- c.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



**13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**13.6.** A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

**a.** Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**b.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.

**13.7.** Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**13.8.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**13.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.10.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

## **14 – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15 – FORO**

**15.1.** Fica eleito o Foro da Justiça em Patos de Minas para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (dispute boards) conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

## **16 - DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO**



**PREFEITURA DE PATOS DE MINAS**

---

**SAÚDE**

✓ Secretaria Municipal de Saúde.

**LILIAN ALVES SILVA AMORIM**  
Diretora de Vigilância em Saúde

**JESSICA LAÍS DE OLIVEIRA PIMENTA**  
Diretora de Atenção Básica

**NATHALIA SILVA GOMES**  
Diretora de Urgência e Emergência

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**



**PREFEITURA DE PATOS DE MINAS**

---

**SAÚDE**

**OBJETO:** Aquisição parcelada de material gráfico (blocos e cartilhas) para utilização nos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Patos de Minas.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, **APROVO** o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.

**ANA CAROLINA MAGALHÃES CAIXETA**  
**Secretária Municipal de Saúde**



## 8 - TERMO DE REFERÊNCIA MAT GRÁFICO pdf

Código do documento 416595df-c7a2-45e0-8e40-1e5238f8cf0a



### Assinaturas



LILIAN SILVA RODRIGUES MARINHO  
lilian.marinho@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou

LILIAN SILVA RODRIGUES MARINHO



Nathália Silva Gomes  
saude.urgencia@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou

Nathália Silva Gomes



JESSICA LAIS DE OLIVEIRA PIMENTA  
saude.atencaobasica@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou

JESSICA LAIS DE OLIVEIRA PIMENTA



Ana Carolina Magalhães Caixeta  
anacarolina@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou

Ana Carolina Magalhães Caixeta

### Eventos do documento

#### 27 Feb 2026, 11:37:49

Documento 416595df-c7a2-45e0-8e40-1e5238f8cf0a **criado** por SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (121a2773-68b9-4ed4-bf75-604e48a41f0c). Email:saude.compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-02-27T11:37:49-03:00

#### 27 Feb 2026, 11:41:15

Assinaturas **iniciadas** por SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (121a2773-68b9-4ed4-bf75-604e48a41f0c). Email: saude.compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-02-27T11:41:15-03:00

#### 27 Feb 2026, 12:33:59

ANA CAROLINA MAGALHÃES CAIXETA **Assinou** (2152e66f-531e-42c7-92bb-8bd0fb5ad7fd) - Email: anacarolina@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.103 (138-0-64-103-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 46520) - Documento de identificação informado: 094.334.186-89 - DATE\_ATOM: 2026-02-27T12:33:59-03:00

#### 27 Feb 2026, 12:54:10

LILIAN SILVA RODRIGUES MARINHO **Assinou** (fab9a475-f1b3-420c-b3db-8b6ce930a7e5) - Email: lilian.marinho@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 191.54.79.99 (191-054-079-99.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 64384) - Documento de identificação informado: 037.259.236-80 - DATE\_ATOM: 2026-02-27T12:54:10-03:00

#### 27 Feb 2026, 12:56:11



NATHÁLIA SILVA GOMES **Assinou** (5f1815a0-9106-411e-872b-2c3d6a19a379) - Email:  
saude.urgencia@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 189.15.127.124 (189-015-127-124.xd-  
dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 2742) - Documento de identificação informado: 074.752.386-01 -  
DATE\_ATOM: 2026-02-27T12:56:11-03:00

**27 Feb 2026, 13:41:12**

JESSICA LAIS DE OLIVEIRA PIMENTA **Assinou** (39b15ccd-9dfd-4126-b77e-b161951a1b36) - Email:  
saude.atencaobasica@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.103 (138-0-64-103-cgnat.onnettelecom.com.br  
porta: 19636) - Documento de identificação informado: 097.975.036-90 - DATE\_ATOM: 2026-02-27T13:41:12-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ddfee7c5fef69b52e7fdcf454f806d8924c1a45e1d612c93712d0126dcd2c312

(SHA512):cb42570414aabad3a99c82bd3df20675fb30745e4f682f1162eeac3357613c0e2df2054335ca6fb1d19166100093f130a0f901777216384bc5f0190daefb521f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.